



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 3º Quadrimestre de 2020.

Realizada pela plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus/AM, no dia 15 de fevereiro de 2021, às 11h, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. **PRESENTES** os Deputados: Serafim Corrêa e Alessandra Campelo. O presidente da comissão, Deputado Ricardo Nicolau, abriu a reunião agradecendo a presença de todos na audiência, e registrou a presença dos servidores da Sefaz, apresentados pelo Sr. Luiz Otávio da Silva - Secretário Executivo do Tesouro: Christiane Travassos dos Santos - Secretária Executiva de Orçamento-SEO, Denis Moura de Oliveira Rocha - Chefe do Centro de Estudos de Finanças Públicas, Nívia Barroso - Secretária do Fundo Estadual de Saúde, Darío José Braga Paim - Secretário Executivo da Receita, Maria Conceição Guerreiro - Contadora Geral do Estado, Leonardo dos Santos Barros - Diretor do Departamento de Dívida e Puca Chaves - Representando a SEDUC.

Em seguida, repassou a palavra ao Sr. Luiz Otávio da Silva (Secretário Executivo do Tesouro), para dar início à apresentação, o qual afirmou que iria apresentar os principais resultados fiscais e ao final abririam a comentários e questionamentos. O presidente, após consultar os demais deputados, informou que poderia seguir daquela maneira.

Repassada a palavra ao **Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva**, o mesmo cumprimentou todos e deu início à apresentação, o mesmo fez um breve resumo da situação fiscal do Estado no 3º quadrimestre de 2020. Iniciou apresentando a participação dos setores em relação ao total das despesas, as quais totalizaram R\$ 19,85 bilhões, sendo: 20% em Encargos Especiais, 18% em Educação, 19% em Saúde e 11% em Segurança, informou que os gastos com encargos especiais estão comparativamente mais baixos em virtude das suspensões de dívida, especialmente em relação à Lei Complementar nº 173 que possibilitou vários Estados a enfrentarem a pandemia. Ato seguinte, fez um comparativo dos relatórios referentes ao 3º quadrimestre de 2019, argumentou que tiveram uma Receita Total de Janeiro a Dezembro de 2020 de R\$ 22.762 milhões, enquanto que no 3º quadrimestre de 2019 foi R\$ 19.812 milhões, do acréscimo de R\$ 2.950 milhões, R\$ 1,6 milhões foi relativo ao aumento de alíquota da previdência, R\$ 1,15 milhões referente aos repasses federais e completação do FPE, e, R\$ 798 milhões foram resultado de aumento da Receita Tributária, uma variação em porcentagem de 15%. Quanto a Despesa Pessoal, no comparativo, houve um aumento de 5%, aumentando em R\$ 410 milhões de reais. Declarou que a transferência aos municípios no ano de 2020 totalizou R\$ 2.950 milhões, e as demais despesas foram na ordem de R\$ 8.669 milhões, enfatizando que grande parte foi destinada à saúde. Quanto ao repasse aos poderes, estes tiveram um aumento de 11%, chegando a R\$ 1.878 milhões. Ato contínuo passou a apresentar os Indicadores Fiscais: os gastos com Pessoal na base de 48,31%, muito próximo ao limite máximo permitido ao Poder Executivo, gerando alerta, em relação à Educação chegaram a 25,14%, acrescentou que alcançaram o limite legal estipulado. Quanto a Saúde, acrescentou que ultrapassaram o limite a ser utilizado na área, chegando a 20,62%. Já na dívida consolidada, que compreende a todas as dívidas do Estado abrangendo os empréstimos, em relação à receita corrente líquida chegaram a 43,26%. O secretário informou que os gastos com a saúde tiveram um aumento na ordem de R\$

812 milhões no comparativo com o mesmo período em 2019, informou que o orçamento para 2020 não previa gasto tão volumoso, entretanto a gravidade da pandemia demandou acréscimos. Disse que a Receita Tributária, especificamente referente ao ICMS, demonstrou uma variação substancial, havendo um decréscimo na arrecadação de abril e maio, seguido de recuperação nos meses seguintes. Em seguida, indicou uma redução da dívida consolidada em relação à Receita Corrente Líquida, que em 2019 foi 48,8%, e em 2020 reduziu a 43,2%.

Por fim, o secretário fez seus agradecimentos e encerrou a apresentação.

Após a apresentação do Secretário do Tesouro, com a palavra o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, **Ricardo Nicolau**, questionou se os demais deputados gostariam de se inscrever a perguntas, em seguida, indagou ao Secretário do Tesouro qual o volume de recursos foi suspenso de pagamento da dívida, qual volume foi referente a dívidas com a União e quais são com os demais credores, questionou, também, de qual forma essa dívida será paga. Indagou acerca da educação, a qual atingiu o patamar de pouco mais de 25% mesmo com muitas atividades paralisadas em relação à pandemia, questionou se este percentual não poderia ser flexibilizado. Pontua que quanto à receita, essa alcançou recorde chegando ao total próximo a R\$ 25 bilhões de reais, e, comparando-se à receita total de 2019, chegaria a quase R\$ 22 bilhões, apresentando quase R\$ 3 bilhões de superávit mesmo levando-se em conta os repasses da previdência. Observou que há um descompasso grande entre receita e qualidade de despesa, visto que as despesas gerais aumentaram em 24%, valendo ressaltar que foi um ano atípico em razão da pandemia. Informou que os gastos com a saúde não foram suficientes para combater os efeitos da COVID-19, ressaltando que o Amazonas foi campeão mundial em mortes. Indaga qual o saldo disponível que o Estado possui de forma livre para investimentos.

Em resposta, o **Secretário Luiz Otávio da Silva**, informou que em relação ao atendimento previsto na Constituição, aos limites mínimos na saúde de 12% e na educação de 25%, eles não foram flexibilizados diante da pandemia. Em seguida o Secretário passou a palavra para o Diretor de dívida para esclarecimentos acerca da suspensão das dívidas.

Com a palavra, o **Diretor do Departamento de Dívida Leonardo**, cumprimentou todos e alegou que o ano de 2020 foi um ano bastante atípico, que os Estados foram, de forma geral, ao Governo Federal e solicitaram normas para que eles pudessem fazer frente ao não pagamento da dívida interna, e assim socorrer todos com os gastos oriundos que iriam ser feitos na área da saúde, diante deste momento, foi editada a Lei Complementar 173 que possibilitou o Estado do Amazonas suspender o pagamento na ordem de R\$ 397 milhões de reais, somando-se o principal juros e encargos da dívida. Esse recurso foi remanejado para o final dos contratos dos seus respectivos entes financeiros, sejam Bancos do Brasil, BNDES, ou Caixa Econômica Federal, a dívida externa do Amazonas foi totalmente paga e a dívida interna no qual se refere a lei complementar 173 o valor da suspensão foi de R\$ 397.108.947,57.

O **Presidente da Comissão, Deputado Ricardo Nicolau**, com a palavra, perguntou se uma vez passada a dívida para o final do contrato, o percentual dos juros teria sido o mesmo do início do contrato?

Em resposta, o **Diretor do Departamento de Dívida Leonardo dos Santos**, informou que os juros ficaram o mesmo do contratado, e isso não só para o Amazonas, mas para todos os entes da federação que aderiram a suspensão via lei complementar 173.

Com a palavra, a **Deputada Alessandra Campelo**, perguntou se existe algum movimento no Congresso Nacional para que isso se repita este ano, tendo em vista que a pandemia ainda não acabou no Amazonas e com a





PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

nova variante do vírus agravou a situação em relação a do ano passado. Questionou, também, qual é a capacidade de endividamento do Estado em 2021 para aquisição de novo empréstimo. Perguntou, ainda, sobre os valores das dívidas na área da saúde oriundas de governos anteriores, e se tem uma somatória ou um cálculo aproximado de tais dívidas, anteriores aos ao ano de 2019.

Em resposta, o **Diretor do Departamento de Dívida, Leonardo dos Santos**, disse que em relação a uma nova suspensão da dívida para o exercício 2021, informou que não saberia responder se no âmbito do Congresso Nacional há alguma solicitação, mas que alguns Estados estão fazendo através da Secretaria do Tesouro Nacional o pedido de suspensão. Em relação à capacidade de pagamento do Estado, disse que o Amazonas tem uma situação bem favorável, e inclusive no ano de 2020 tinha como indicador de capacidade de pagamento o conceito B, onde tal conceito varia de A até D, e o espaço fiscal para uma operação de crédito gira em torno de R\$ 1,2 bilhões.

Com a palavra, o **Sra. Nívea Barroso** complementou, que foi feito um levantamento no ano de 2020 e hoje a dívida na área da saúde de exercícios anteriores está em torno de R\$ 1 bilhão de reais

O **Presidente da Comissão, Deputado Ricardo Nicolau**, com a palavra solicitou da Sra. Nívea Barroso, tal planilha com informações das dívidas ano a ano com seus respectivos fornecedores, pois afirma que se existe a dívida é correto que seja paga pelo Estado, tendo em vista que vem batendo recordes em arrecadação.

Com a palavra, o **Deputado Serafim Correa**, perguntou dos representantes da SEFAZ se há como saber detalhadamente onde estão os valores de saldo de caixa dos órgãos como: Sefaz, Ministério Público, TCE, Assembleia Legislativa e do DETRAN, pois o Estado as vezes sofre com problemas de fluxo de caixa, tendo dinheiro em diversos órgãos, bem como gostaria de saber detalhadamente em que instituições estão os valores na casa de R\$ 3 bilhões. Sugere que essas informações poderiam constar no site da SEFAZ.

Em resposta, o **Secretário Luiz Otávio da Silva**, informou que se coloca à disposição e que irão fazer o levantamento sobre o detalhamento questionado pelo Deputado Serafim, e que a maior parte desse recurso que foi destacado estaria direcionado para Previdência, saúde e demais demandas.

Por fim, o **Presidente da Comissão**, fez suas alegações finais pontuou que o Estado não tem problema de arrecadação, porém observa que a há um descompasso em relação a receita e a qualidade das despesas. Agradeceu a todos os presentes dizendo que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, e colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da Aleam à disposição não só para realizar as audiências, mas como também participar das discussões. O presidente Ricardo Nicolau declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 3º Quadrimestre 2020.

Deputado RICARDO NICOLAU

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4585



Folha: 9

dep.ricardonicolau@aleam.gov.br @deputadoricardonicolau @ricardonicolau

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

JOERICA NORONHA DAS NEVES - ASSESSOR DE DIRETORIA-CC - 727.995.952-00 EM 16/02/2021 23:22:59

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 5ABB8D5B0005AEFE . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>